



A Contribuição de Metodologias de Construção do Discurso Histórico à Prática do Jornalismo¹

Luiz Carlos Luz Marques;
Universidade Católica de Pernambuco - Unicap
Andréa Moreira Gonçalves de Albuquerque;
Universidade Federal de Alagoas - Ufal

Resumo

Neste trabalho, ressaltamos a importância de praticar o Jornalismo lançando mão de algumas das metodologias do discurso histórico, entre as quais: formulação de suposições; classificação de fontes; análise da credibilidade das mesmas, extração de todas as informações possíveis e, por último, a consciência de que a história não é composta por fatos isolados, mesmo se significativos, mas de processos complexos, muitos destes de longa duração. Todos esses procedimentos, aliados aos já consagrados nos manuais de redação, são úteis na prática jornalística ética e responsável, além de contribuir com a profundidade da interpretação e evitar a mera e indesejável reprodução das informações. Nosso interesse por esse tema emergiu de uma experiência de ensino conjunto de História dos Meios de Comunicação Social realizada em 2007.2 junto aos alunos do segundo período do curso de Jornalismo da Unicap.

Palavras-chave

Didática do Jornalismo; Ensino do Jornalismo; Prática do Jornalismo; Educação Histórica; Epistemologia do Ensino de História.

Introdução

Há duas décadas, os avanços tecnológicos vêm mudando radicalmente o perfil e a prática dos jornalistas no cotidiano. A Internet se transformou em uma grande central de informações dos profissionais da imprensa, encurtando a linha de produção na notícia, cujo fluxo se dá de forma muito mais instantânea. Hoje, é o repórter não só apura os fatos como, na maioria das vezes, publica a notícia na web, com o auxílio de softwares editores de conteúdo. A apuração e a pesquisa da matéria também são feitas com o auxílio rede, logo, o profissional da imprensa ganha certa autonomia, contudo, amplia-se igualmente a sua responsabilidade. Logo, a ação do profissional requer, mais que nunca, a utilização adequada do conhecimento e da habilidade adquirida na produção da notícia, de forma a resguardar sua credibilidade.

Os rituais e estratégias de construção do discurso jornalístico visam, entre outros aspectos, evitar riscos para o profissional e a organização à qual ele está vinculado, como a possibilidade de um processo por difamação, a perda de anúncios, as queixas por parte do público e as críticas internas. A atividade jornalística requer, portanto, um intenso processo de verificação dos elementos constitutivos da notícia, a começar pela confiabilidade das fontes, o

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.



que é freqüentemente prejudicado pelo pouco tempo de que se dispõe para garantir esse pré-requisito.

Reduzir as incertezas

Mesmo sob o signo da agilidade, o jornalista precisa reduzir ao máximo as incertezas; seu desafio é “encontrar evidências soterradas em camadas de versões” (PEREIRA JÚNIOR: 2006, p. 71). Para tanto, há um percurso a ser seguido que, em geral, começa com a consulta a fontes secundárias (documentais e técnicas) para chegar às fontes principais (entrevistados). Nessa escalada, pode ajudar a ordenação da abordagem, partindo-se das fontes de menor para as de maior importância informativa. Isso amplia o conhecimento que se tem dos fatos, logo, permite que se chegue melhor preparado para as entrevistas. (PEREIRA JÚNIOR: 2006).

Para a etapa das entrevistas, também não se admite improvisos. Recomenda-se a elaboração de um minucioso roteiro de perguntas, de modo que se possa retomar o rumo da conversa, se houver desvios. Contudo, deve-se estar atento a não perder a oportunidade de enveredar por um novo caminho que se revele mais instigante durante o percurso que requer um bom ponto de partida. Para tanto, logo de saída, o jornalista, deve ser claro quanto ao objetivo do seu contato, não entrar de cara nos assuntos mais delicados, preparar o terreno a cada pergunta, desarmar a fonte até que ela sinta a confiança necessária para compartilhar as informações desejadas. (Pereira Jr., 2006). Outro desafio a ser superado é o risco de manipulação que cresce nos casos em que o jornalista fica muito próximo das fontes, limita-se a repercutir as opiniões de autoridades ou embarca nas informações plantadas na mídia. Nos três casos, o que falta é sempre o rigor na condução da reportagem.

Confirmar a validade

Uma vez encerrada a apuração notícia, cada informação obtida ainda deve ser checada, de forma que se possa confirmar a validade do que será noticiado. Alguns órgãos de Imprensa chegam, inclusive a impor, aos seus profissionais, uma lista de checagem, com perguntas objetivas, do gênero:

- [...] Chequei ao menos duas vezes todos os nomes, títulos mencionados e informações citadas nesta matéria?
- [...] Todas as citações são precisas e estão exatas e atribuídas corretamente?
- [...] Eu entendi plenamente o que a fonte quis dizer?
- [...] As informações de pesquisa estão completas? (PEREIRA JÚNIOR, 2006: p. 89)



Na redação da notícia, o jornalista também deve se cercar de meios para salvaguardar a sua credibilidade e a sua isenção. Pelo menos quatro deles são elencados por Michel Kunkzic (2001, p. 270-271), quais sejam:

1. a apresentação de possibilidades contrárias, ou seja, “deixar que fale também o oponente”;
2. a apresentação de evidências corroborativas, o que quer dizer: “investigar fatos adicionais de apoio”;
3. o emprego consciencioso das aspas, aumentando a distância entre o jornalista e o citado;
4. a estruturação da informação em uma seqüência apropriada, transformando a informação em uma “rede de certezas”, o que, em tese, não deixa espaço para dúvidas.

A norma básica diz que toda reportagem deve responder a seis perguntas fundamentais: o quê, quem, quando, onde, como, por quê e, eventualmente, para quê. Dois desses elementos são tidos como secundários: o “onde” e o “como”. Por outro lado, segundo o experiente jornalista Clóvis Rossi, uma dessas seis perguntas deveria merecer prioridade sobre as outras; trata-se do “por quê”: “o por quê de um determinado fato envolve uma investigação profunda sobre seus antecedentes e conseqüências e uma razoável fonte de conhecimentos sobre o tema que está sendo tratado” (ROSSI: 2000, p. 35); depende, portanto, da visão política, ideológica, histórica do jornalista. Ainda mais quando se vai além da pura e simples explicação dos fatos, privilegiada pela visão clássica, e se quer atingir o nível da sua interpretação.

Da explicação à interpretação

De acordo com o Dicionário de Termos Literários, “O modelo da explicação está, com efeito, ligado, desde a nossa Modernidade científica, à redução da verdade à certeza. Implica objectividade, processos hipotético-dedutivos, critérios lógicos de verdade e erro”. Já a interpretação encontra sua verdadeira realização “na interpretação de si de um sujeito que doravante se compreende melhor a si mesmo compreendendo-se de outro modo” (2007).

Em Edgar Morin, encontram-se referências a um aprofundamento do que vem a ser este par explicação/compreensão. Para o sociólogo e filósofo francês, “*a explicação é um processo abstrato de demonstrações logicamente realizadas, a partir de dados objetivos, em virtudes de necessidades causais materiais ou formais e/ou em virtude de uma adequação a estruturas e modelos*” (MORIN: 1999, p.180). Já a compreensão “*é um conhecimento empático/simpático (Einführung) das atitudes, sentimentos, intenções, finalidades dos outros*” (MORIN: 1999, p. 175).

Esses conceitos, presentes na reflexão sobre as ciências sociais, ajudam-nos a penetrar no âmago do que vêm a ser explicação e a interpretação no campo jornalístico. Explicar, no jornalismo cotidiano está associado ao próprio ato de levar os fatos ao conhecimento do



público, a partir de dados objetivos, portanto, vincula-se à tradição do jornalismo informativo, marcado por uma certa impessoalidade e uma estreita vinculação com os critérios organizacionais de noticiabilidade, além das rotinas de trabalho na produção da notícia.

Contudo, não se pode cancelar o papel do indivíduo na captação e na redação da notícia: “*não passa de uma farsa quem não admite a influência dos seus interesses e percepção no ato de noticiar ocorrências*” (PEREIRA JÚNIOR: 2006, p. 58). E nesse sentido, toda a exposição dos fatos noticiáveis acabará contando também com a visão de mundo do jornalista, logo, deverá embutir uma sua interpretação da realidade, nem que seja na mera ordenação dos fatos noticiados. A objetividade jornalística passa, portanto, a retirar “*o fato real da posição de elemento nuclear da informação*” (PEREIRA JÚNIOR: 2006, p. 58). E abre-se terreno, para, o binômio explicação/compreensão, constitutivo de qualquer esforço de interpretação.

Marca registrada do século XX, jornalismo interpretativo impõe uma seleção criteriosa das informações, a fim de apresentar ao público aquilo que é realmente significativo. É neste ponto que podem ajudar – e muito - as metodologias de estudo e de construção do discurso da história, entre os quais, destacam-se: aprender a formular suposições; buscar e classificar fontes; analisar a credibilidade das mesmas e delas extrair todas as informações possíveis e, por último, ter consciência que a história não é composta por fatos isolados, mesmo se significativos, mas de processos sociais complexos, muitos dos quais de longa duração.

A História enquanto ciência e sua contribuição para a formação de um jornalista

Pode-se supor que a história, enquanto um contar oral e, quem sabe, pictórico, sobre os acontecimentos significativos que marcaram a presença de um determinado grupo humano no tempo, esteve sempre presente no desenvolvimento cultural do *homo sapiens*, ao menos desde a explosão criativa, há cerca de 40 mil anos.

De geração em geração, alguém do grupo recordava aos mais jovens o que acontecera aos avós, dando provavelmente destaque àquelas ações, interpretadas como heróicas, de indivíduos que a memória coletiva do grupo tendia a valorizar, apresentando-os como modelos, porque teriam agido com inteligência, coragem e criatividade, em situações de risco para a sobrevivência coletiva. Numa perspectiva evolutiva, essa preservação da memória deve ter oferecido aos grupos que a praticavam uma relativa vantagem.

Dessa luta contra o esquecimento são-nos testemunhas duas obras da Antigüidade, a *Ilíada* e a *Odisséia*, atribuídas a Homero, felizmente transportadas para textos manuscritos séculos depois de sua composição oral inicial. Elas servem de “ponte” ideal entre os milênios em que tais memórias dependiam da capacidade dos *aedos* (do grego *aoidós*, artistas que cantavam de



memória as epopéias do grupo) e o início da conservação por escrito das tradições heróicas de um povo.

Um novo passo foi dado, cerca de 2.400 anos atrás, pelo grego Heródoto: não só lutar contra o esquecimento, mas perguntar-se o porquê dos acontecimentos narrados. De fato, aquela que foi considerada por Cícero a primeira obra de história, oferece-nos em seu primeiro parágrafo um “programa” que, de certa forma e com imensas transformações, guia até hoje os historiadores:

Heródoto de Alicarnasso apresenta aqui os resultados de sua pesquisa (historiê¹), a fim de que o tempo não cancele as obras dos homens, e as grandes aventuras, realizadas seja pelos Gregos seja pelos Bárbaros, não caíam no esquecimento; e ele expõe particularmente a razão do conflito que levou os dois povos ao confronto².

Para compor o seu relato, pela primeira vez feito em prosa, na primeira pessoa e por escrito, cujo objeto não é mais a história dos heróis, mas a de um grande conflito armado, Heródoto usa dois métodos: a *autopsía* (ver com os próprios olhos) e a *akoê* (ouvir com os próprios ouvidos). Além disso, fundamenta-os em uma visão política do mundo, em que as sociedades envolvidas distinguem-se por adotarem sistemas antagônicos (a democracia, a liberdade e a igualdade gregas contra o despotismo persa).

Heródoto oferece aos seus leitores uma “chave de leitura” finalizada a reforçar a “bondade” do sistema político grego. No entanto, tão ingente pareceu a sua pretensão de tudo recolher e de escutar todas as testemunhas sobreviventes, que sua história, antes de ter sido reconhecida e considerada como uma obra séria, foi tachada por um contemporâneo, Tucídide, como apenas um amontoado de “estórias” e Heródoto como um mentiroso.

A história, portanto, enquanto disciplina – isto é, enquanto atividade feita com método, a partir de premissas mais ou menos explícitas – propõe-se não só a transmitir a memória coletiva dos acontecimentos passados, mas a reconstruí-la, recuperando sistematicamente processos sociais, informações quantitativas e inter-relações significativas e tem uma longa tradição. Por séculos foi-lhe suficiente a tarefa de elaborar a memória coletiva, oferecendo aos membros das diversas sociedades meios seguros de identificação e pertença.

No século XX, deu-se enfim um novo e importante passo: não só refutou-se a noção de acontecimento histórico como objeto primordial da pesquisa do passado, dando-se valor ao estudo das estruturas e processos que condicionam e, até mesmo, determinam a vida social, como buscou-se retirar da interpretação histórica toda finalidade moralizante. À rigorosa

² Tradução: Luiz Carlos Marques



crítica das fontes históricas somou-se então o uso de métodos de pesquisa oferecidos por outras disciplinas acadêmicas (antropologia, sociologia, economia, estatística, demografia, lingüística) e o reconhecimento de que, para recuperar e entender o passado, não basta só o uso de documentos escritos.

É preciso ampliar as fontes, dando valor, por exemplo, às expressões da mentalidade coletiva, que se manifesta por meio de imagens, músicas, saberes (receitas culinárias, uso de plantas medicinais, técnicas construtivas etc.), às questões de gênero, aos condicionantes religiosos, entre tantos outros elementos que compõem as estruturas sociais e, de alguma maneira, influem nas ações humanas. Até mesmo os sujeitos da história multiplicam-se: faz-se agora história vista de baixo, micro-história, história de quem “não tinha” história. E cada vez mais, valoriza-se responder os “por quês”; incluir, entre as fontes de pesquisa, vestígios antes considerados “secundários”; deixar falar também os sem voz, os “opponentes”.

No início desse novo milênio, acalmados os relativismos advindos da “crise pós-moderna” - que atingiu com mais vigor as ciências humanas e sociais - os historiadores, enquanto profissionais de uma disciplina acadêmica que se pretende rigorosa e parte essencial das ciências do social, são desafiados a oferecer às gerações em formação, dentro e fora do ambiente universitário, mais do que uma mera soma de seus conhecimentos. São desafiados pela conjuntura histórica da qual fazem parte, a oferecer a possibilidade de um percurso intelectual, caminho ou método que, se trilhado sistematicamente, tenha como resultado um novo patamar de conscientização, entendido como “consciência de uma nova cidadania, que articule tanto a dimensão local quanto a planetária”, nas palavras de um educador italiano, Giuseppe Deiana (1999).

Devem, portanto, deixar de ser meros transmissores de conteúdos genéricos, concentrados como o são ainda hoje em temas da história da civilização ocidental - temas esses que os alunos absorvem de um modo geralmente passivo (bancário, como dizia Paulo Freire) - e propor um “modelo forte”, “inspirado na cultura da complexidade” (DEIANA: 1999). Modelo pedagógico que envolva os estudantes na pesquisa e na produção historiográfica, levando-os a investigar em profundidade as histórias locais, relacionando-as com a história nacional e internacional. Isso porque, na opinião do historiador italiano, Piero Bevilacqua,

a inserção da história local nos programas de história geral poderia constituir-se como um elemento importante na formação da estrutura cognitiva dos alunos. Pois seria nessa articulação entre o local e o universal que os estudantes poderiam apreender a utilizar, através da história, alguns dos mecanismos fundamentais do conhecimento, que são também modos de proceder da ciência: o jogo contínuo entre o particular e o geral, entre o concreto e o abstrato (BEVILACQUA, apud DEIANA: 1999).



Outro historiador citado por Deiana, Giuseppe Serri, afirma que “*as raízes e a memória histórica representam a solda da identidade coletiva*”, identidade que deveria ligar, de maneira positiva, o indivíduo à sua rua, bairro, cidade, estado e país. Permitindo-nos uma paráfrase, diríamos que, segundo Serri, ser um bom recifense, ou caruaruense, seria condição essencial para ser um bom brasileiro e um bom cidadão do mundo.

Essa nova consciência de cidadania, de cuja vital necessidade os meios de comunicação estão repletos de indícios, nasceria então, “*das inter-relações dialéticas entre identidade e diferença, solidariedade e tolerância*” (DEIANA: 1999). E seria, segundo o educador italiano, a mais importante das contribuições do saber histórico à educação em geral, e à educação aos valores da cidadania, em particular, capaz de suscitar o desenvolvimento de uma consciência civil, condição *sine qua non* da convivência democrática.

É tendo tudo isso em mente que os autores acreditam ser essencial a contribuição de disciplinas da área da história para a formação de um bom jornalista. Não só, como o bom senso sempre defendeu, porque os jornalistas precisam desenvolver uma sólida cultura e o conhecimento da história faz parte desta, mas porque o uso didático dos métodos da história em sua formação profissional pode favorecer aos futuros jornalistas o desenvolvimento de uma saudável cidadania, suscitando neles uma preocupação tanto com o particular quanto com o todo, e levando-os, enquanto estudantes, a mergulhar nas fontes da história de suas próprias cidades e regiões, participando das discussões de como interpretar tais fontes de maneira crítica e rigorosa – atitude cada vez mais necessária em nossa cultura globalizada.

Ivo Mattozzi, professor de Metodologia da História na Universidade de Bolonha, sintetiza com uma fórmula genial aquilo que, no presente trabalho, gostaríamos de propor como desafio, para os docentes tanto de História quanto de Jornalismo, em nossas Universidades. Ou seja, através de disciplinas em que a pesquisa histórica servisse de modelo, desenvolver oficinas de produção e divulgação de conhecimentos históricos socialmente significativos nas quais

o domínio de conhecimentos rigorosos sobre a história local, + a consciência de como tais conhecimentos são produzidos, + a capacidade de usar tais conhecimentos para colocar o tempo presente em perspectiva, + a capacidade de usá-los na argumentação, + o domínio dos mecanismos que geram o conhecimento histórico (MATTOZZI, apud DEIANA: 1999)

capacitassem nossos estudantes para uma vida profissional cuja competência não fosse medida apenas em termos de adaptação ao mercado, mas pela capacidade de participar



ativamente das transformações que a nova consciência das dificuldades planetárias está exigindo em todos os campos profissionais.

Referências Bibliográficas

BEVILACQUA, Piero. **Sull' utilità della storia per l'avvenire delle nostre scuole**. Roma: Donzelli Ed., 1997, p. 72.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo, Companhia das Letras: 2000.

DEIANA, Giuseppe. Modelli didattici: le ragioni della “ricerca” storica a scuola. In: **Contemporanea**, n. 2, aprile 1999 (acesso via Internet, em 12-10-2007, às 9h00 <http://www.novecento.org/allende3.htm>).

KUNCSIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LAGE, Nilson. **A reportagem – teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MATTOZZI, Ivo. Che il piccolo storico sia!. In: **I viaggi di Erodoto**, n. 16, 1992, pp. 170-180 e La cultura storica: un modello di costruzione. Faenza: Faenza Ed., 1990, p. 33.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: Narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SERRI, Giuseppe. In: tema di storia “minima”, prefazione a F. SONIS. Uras. **Un paese del Campidano tra XIX e XX secolo**. Cagliari: Ed. Della Torre, 1994, p. 11.

SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do jornalismo brasileiro – As (in)certezas da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ⁱ O termo grego *historiê*, significava originalmente examinar, investigar, descobrir, conhecer pessoalmente.